



**Tânia Patrícia Madeira de Oliveira** **Influência da informação económico-financeira na reeleição do autarca.**





**Tânia Patrícia Madeira  
de Oliveira**

**Influência da informação económico-financeira na  
reeleição do autarca.**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo de fiscalidade, realizada sob a orientação científica da Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro



Dedico esta dissertação ao meu irmão Bruno.



## **o júri**

presidente

**Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo**  
professora coordenadora sem agregação, Universidade de Aveiro

**Doutora Maria José da Silva Fernandes**  
professora coordenadora com agregação, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (Arguente)

**Professora Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira**  
professora adjunta, Universidade de Aveiro (Orientadora)





## **Agradecimentos**

Agradeço...

... à minha orientadora, professora doutora Augusta Ferreira, sem a qual esta tese não existiria, por me mostrar um tema sobre o qual não sabia nada e acabei por adorar, pela disponibilidade demonstrada e pela compreensão.

... aos meus pais pelo apoio demonstrado e em especial à minha mãe pela paciência e por ser a minha inspiração;

... aos meus irmãos, em especial ao Bruno a quem devo grande parte de quem sou e a minha escolha de curso (continua a olhar por nós);

... à minha avó Fernanda por tudo;

... aos meus amigos, pela força e apoio.



**palavras-chave**

Ciclos políticos, autarquias, informação económico-financeira, reeleição do autarca; teoria de agência, teoria da escolha pública.

**resumo**

Este trabalho assentou nos pressupostos de várias teorias, designadamente, a teoria da agência e a teoria da escolha pública, e tem como objetivos principais por um lado, perceber se a informação económico-financeira divulgada pelas autarquias influencia a reeleição do autarca e em caso afirmativo que tipo de informação exerce essa influência. Por outro lado, perceber se o tipo de informação que influencia a reeleição do autarca varia com o tamanho da autarquia.

Face aos resultados obtidos, é difícil concluir de forma clara e conclusiva em relação a estes objetivos, pois diferentes variáveis económico-financeiras influenciam de forma diferente as diversas subamostras nos dois períodos eleitorais.



**keywords**

Political cycles, municipalities, economic and financial information, the mayoral reelection; agency theory, public choice theory.

**abstract**

This work was based on the assumptions of many theories, namely, agency theory and the theory of public choice, and its main objectives, realize if economic and financial information disclosed by the authorities influences the re-election of the mayor and if so what kind of information exerts such influence. On the other hand, to understand the type of information that influences the re-election of Mayor varies with the size of the municipality.

Considering our results, it is difficult to conclude clearly and conclusively towards these goals, as different economic and financial variables influence differently the various sub-samples in the two election periods.



## Índice

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>5</b>
2.1. - ESTUDOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA TEORIA DA AGÊNCIA.....	5
2.2. - ESTUDOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA.....	6
<b>CAPÍTULO 3 - PROBLEMA, QUESTÕES E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
3.1. - PROBLEMA .....	13
3.2. - QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO .....	14
3.3. - HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	14
3.3.1. - <i>Liquidez, Endividamento líquido e Independência financeira</i> .....	14
3.3.2. - <i>Resultado líquido por habitante e Compromissos assumidos de capital por habitante</i> .....	16
<b>CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
4.1. - DESCRIÇÃO DOS DADOS .....	19
4.2. - POPULAÇÃO E AMOSTRAS.....	19
4.3. - CÁLCULO DAS VARIÁVEIS .....	20
4.3.1. - <i>Reeleição do autarca</i> .....	20
4.3.2. - <i>Cor Partidária</i> .....	21
4.3.3. - <i>Liquidez</i> .....	21
4.3.4. - <i>Endividamento líquido por habitante</i> .....	22
4.3.5. - <i>Independência financeira</i> .....	22
4.3.6. - <i>Resultado líquido por habitante</i> .....	23
4.3.7. - <i>Compromissos assumidos de capital, por habitante</i> .....	23
4.4. - MODELO DE REGRESSÃO MÚLTIPLA .....	24
<b>CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>25</b>
5.1. ANÁLISE ESTATÍSTICA DAS VARIÁVEIS .....	25
5.2. RESULTADOS DA REGRESSÃO MÚLTIPLA .....	29
5.3. CONCLUSÕES DA REGRESSÃO MÚLTIPLA .....	32
<b>CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES.....</b>	<b>35</b>
6.1. CONCLUSÕES .....	35
6.2. TRABALHOS FUTUROS .....	35
6.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	36
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>37</b>

## Índice de tabelas

Tabela 1 – Número de autarquias de acordo com a sua dimensão.....	25
Tabela 2 - Número de observações possíveis/número observações incluídas na análise em cada período eleitoral .....	26
Tabela 3 - Número de observações de candidatos não reeleitos, reeleitos e percentagem de reeleição.....	26
Tabela 4 - Análise estatística do período eleitoral de 2005 a 2008.....	28
Tabela 5 - Análise estatística do período eleitoral de 2009 a 2012.....	28
Tabela 6 - Resultado do modelo de regressão múltipla dos períodos eleitorais de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012.....	3



## **Siglas**

PD – Pequena Dimensão

MD – Média Dimensão

GD – Grande Dimensão

MGD – Média e Grande Dimensão

TD – Todas as Dimensões

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais

LFL – Lei das Finanças Locais de 2007



## Capítulo 1 - Introdução

A *New Public Management* teve como objetivo modernizar e tornar o setor público mais eficiente, este está orientada para resultados e eficácia através de uma melhor gestão do orçamento público. Esta alteração levou a que fosse necessária uma maior obrigatoriedade de informação e uma melhor gestão dos recursos públicos. A *accountability* também tem um papel relevante neste contexto.

Para Bovens (2010) existem dois conceitos específicos de *accountability*, no entanto salienta que existem diversas definições de *accountability* pelo facto de os diversos autores definirem a *accountability* segundo os seus próprios conceitos. Alguns autores usam o conceito muito vagamente, enquanto outros produzem uma definição muito restrita, mas poucas dessas definições são completamente compatíveis, o que na opinião de Bovens (2010) torna difícil fazer uma pesquisa cumulativa e comensurável.

Bovens (2010) distingue ainda a forma como a *accountability* é usada nos Estados Unidos da América, por um lado, e no Reino Unido, na Austrália e na Europa continental, por outro. No primeiro caso é usada principalmente como um conceito normativo, como um conjunto de normas para a avaliação do comportamento dos agentes públicos, a *accountability* ou ser *accountable* é tido como uma virtude, como uma qualidade positiva das organizações ou dos funcionários públicos. No caso do Reino Unido, da Austrália e da Europa continental, a *accountability* é usada de uma forma mais descritiva, é vista como um mecanismo social, uma relação institucional em que o interveniente pode ser responsabilizado por um fórum, isto significa que a base dos estudos de *accountability* não é o comportamento dos agentes públicos, mas sim na forma como essa relação institucional funciona.

O autor define a *accountability* enquanto mecanismo social, como uma relação entre um ator e um fórum, em que o ator tem a obrigação de explicar e justificar a sua conduta, o fórum pode colocar questões e julgar, e o ator pode enfrentar consequências.

Para estes autores *accountability* representa, pelo menos, três ideias, a prestação de contas, a responsabilização e a resposta pública às necessidades dos cidadãos, é a responsabilidade que os órgãos executivos têm pela boa gestão dos fundos públicos e a sua

responsabilidade de informarem diversos destinatários da forma como esses fundos foram usados.

Carvalho *et al.* (2008) definem vários destinatários a que os órgãos executivos têm de prestar contas, aos eleitores, à assembleia municipal, ao tribunal de contas, à direção geral do orçamento e a outras entidades de controlo externo.

O Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), apenso ao Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de Fevereiro, está a ser aplicado pelos 308 municípios portugueses. Este sistema de contabilidade autárquica tem como objetivos a obtenção de informação fiável, oportuna e útil sobre a situação financeira, patrimonial, de desempenho e execução orçamental dos municípios. O POCAL exige três tipos de contabilidade: Contabilidade Orçamental, Contabilidade Patrimonial e Contabilidade de Custos. Desta forma é proporcionada informação aos diversos *stackholders* para a tomada de decisão. Carvalho *et al.* (2008) é uma ferramenta de monitorização da eficiência dos recursos públicos nas autarquias portuguesas e tem vindo a dar-nos conta de que a qualidade da informação financeira tem vindo a aumentar.

Neste contexto, e de entre os utilizadores possíveis da informação divulgada pelas autarquias, os cidadãos/eleitores passaram a dispor de uma ferramenta que pode ser utilizada, nomeadamente, para tomar decisão sobre o seu sentido de voto. A qualidade e quantidade da informação divulgada pela autarquia é cada vez maior o que permite aos cidadãos/eleitores uma maior fonte de informação das autarquias. Esta informação pode ter usos diversos, no entanto propomo-nos a testar se o facto de haver uma maior divulgação da informação influencia a forma como os cidadãos vêm o autarca e a sua capacidade de exercer o cargo e, desta forma influenciar a reeleição do mesmo.

Esta dissertação procura responder ao problema: a informação económico-financeira divulgada pelas autarquias influencia a reeleição do autarca.

Para responder ao problema de investigação colocamos duas questões de investigação:

1. Que tipo de informação económico-financeira pode influenciar a reeleição do autarca?

2. O tipo de informação económico-financeira que pode influenciar a reeleição do autarca varia consoante o tamanho da autarquia?

A revisão da literatura permitiu identificar razões que justificam o estudo do problema, quer pelo seu possível contributo para o desenvolvimento das teorias que o suportam, quer porque os trabalhos desenvolvidos não apresentam resultados consensuais.

A nossa população foram as 308 autarquias portuguesas para os períodos eleitorais que culminaram com a eleição de 2009 e de 2013.

De forma a responder às nossas questões de investigação colocamos hipóteses de investigação para testar se as variáveis: Liquidez, Endividamento Líquido, Independência Financeira, Resultado Líquido e uma variável exclusivamente orçamental Compromissos Assumidos de Capital. A metodologia que seguimos foi a quantitativa tendo adotado um modelo de regressão *probit*.

Os resultados obtidos permitiram identificar o endividamento, a independência financeira e os resultados líquidos como sendo informação que parece influenciar a reeleição do autarca. Os resultados obtidos são ainda indicativos de que a influência desta informação varia consoante o tamanho da autarquia.

Esta dissertação é composta, para além desta introdução, por mais 5 capítulos. No capítulo 2 efetuámos o enquadramento teórico com base na revisão bibliográfica relacionada com o tema, fazendo referência às teorias associadas à divulgação da informação financeira, nomeadamente, teoria da agência e teoria da escolha pública e a trabalhos que estudam o comportamento do indivíduo no processo político,. No capítulo 3 formulamos o problema, colocamos as questões de investigação, descrevemos a forma como responder às mesmas e definimos as hipóteses de investigação. No capítulo 4 descrevemos a metodologia adotada, incluindo: a descrição da forma como procedemos à recolha dos dados; a descrição das variáveis utilizadas bem como da sua forma de cálculo e a descrição do modelo utilizado para testar as hipóteses.

No capítulo 5 apresentamos os resultados e fazemos a sua interpretação e, finalmente, no capítulo 6 apresentamos as conclusões, as limitações do estudo e algumas propostas de trabalho futuro.



## **Capítulo 2 - Revisão de literatura**

Neste capítulo fazemos a revisão bibliográfica, considerando em particular as teorias da agência e da escolha pública, referenciando diversos estudos científicos que estudaram a eventual influência da informação orçamental, fiscal, económica e financeira na reeleição do autarca.

### **2.1. - Estudos realizados no âmbito da teoria da agência**

A teoria de agência tem como grandes impulsionadores Jensen e Meckling (1976), que definem que os problemas de agência decorrem de conflitos de interesses existentes entre atividades de cooperação entre os indivíduos, quer seja em situações de hierarquia ou não.

Para Eisenhardt (1989) a teoria de agência tem origem na separação que existe entre quem tem a propriedade e quem faz a gestão da organização, isto é, em empresas de grandes dimensões o proprietário delega a administração da mesma a um gestor. O proprietário (principal), tem como objetivo maximizar os lucros e delega ao gestor (agente) o poder de administrar, estabelecendo metas de resultados esperados e limites de risco admissíveis.

Para regular a relação entre principal e agente, a teoria estabelece mecanismos (sistemas de monitoramento e incentivos) para garantir que o comportamento dos executivos esteja alinhado com os interesses do proprietário.

O problema de agência não existe apenas nas organizações com fins lucrativos, também pode ser encontrada nas organizações com fins não lucrativos, designadamente, nas autarquias, no que respeita à relação entre o autarca e os eleitores.

Os autarcas não têm os mesmos interesses dos eleitores. Para os eleitores o seu interesse é o de que os autarcas usem os recursos da melhor forma para benefício da população. Os autarcas, por sua vez, podem ter interesse em usar os recursos disponíveis em áreas que favorecem os seus interesses pessoais, designadamente, o de aumentar as

suas hipóteses de reeleição como é analisado em artigos tais como o de Veiga e Veiga (2007), o de Rocha e Kee (2004) e o de Fiva e Natvik (2013).

Fernandes *et al.* (2011) partem do facto de a pesquisa baseada na escolha pública mostrar que os eleitores não têm uma forte motivação (económica ou política) para monitorizar os políticos com base em informação contabilística, para tentarem descobrir até que ponto a informação contabilística influencia o comportamento dos eleitores. Os resultados empíricos sugerem que a informação contabilística municipal, juntamente com fatores socioeconómicos, podem explicar o resultado das eleições municipais, no entanto, as explicações diferem dependendo do tamanho do município. Nos municípios mais pequenos as variáveis que são significativas estão relacionadas com os serviços prestados à comunidade. No caso dos municípios maiores os eleitores valorizam mais a qualidade de vida e as políticas sociais adotadas. Os autores concluem que tanto a qualidade dos relatórios financeiros, como a informação da situação financeira é importante nas decisões de voto. Logo, os eleitores são influenciados pela qualidade dos relatórios financeiros. No entanto, para os municípios mais pequenos a informação contabilística é mais importante para a decisão de voto, do que nos municípios de uma maior dimensão.

## **2.2. - Estudos realizados no âmbito da teoria da escolha pública**

A teoria da escolha pública teve o seu grande desenvolvimento com Buchanan e Tullock (1977). Esta teoria assenta no facto de que, no funcionamento de todo o processo político, os atores políticos são racionais e procuram, em primeira instância, a satisfação do seu interesse próprio, em detrimento da satisfação das necessidades do cidadão.

O objetivo da teoria da escolha pública é o estudo do comportamento dos vários intervenientes do processo político, como por exemplo, os autarcas e os eleitores, que no caso deste trabalho de investigação são os que interessam.

Esta teoria salienta que o facto dos autarcas, no exercício das suas funções, lidarem com os recursos dos cidadãos e não os seus, implica um reduzido incentivo para que os autarcas tomem decisões eficientes e de acordo com o interesse público. Neste sentido, a linha de investigação sobre os ciclos políticos tem como objetivo estudar se existe uso de



recursos públicos para atingir objetivos particulares, nomeadamente, por parte dos autarcas.

O estudo dos ciclos políticos começou com Nordhaus (1975) que considerou que os ciclos políticos são o resultado de eleições sucessivas por partidos diferentes, e as medidas aplicadas, pelos mesmos, para ganhar a reeleição, explicando a sua ideia com o seguinte exemplo: o partido A adota políticas expansionistas, o que resulta num crescimento e inflação, mas perde a reeleição porque a inflação se torna inaceitável, o partido B, por sua vez, para tentar combater o partido A e ganhar a eleição seguinte, adota políticas contracionárias, reduzindo a inflação e o crescimento, no entanto, perde a reeleição para o partido A porque o desemprego se torna demasiado elevado, logo, para o autor, quando um partido é eleito, adota inicialmente uma política contracionista para reduzir a inflação e ganhar uma reputação de competência económica, seguida de uma política expansionista na altura da sua candidatura à reeleição, esperando alcançar, simultaneamente, uma baixa inflação e desemprego próximo da eleição.

No entanto, Rogoff e Sibert (1988) contradisseram Nordhaus (1975) na medida em que, para aqueles autores, a ideia de que os eleitores seriam enganados da mesma maneira em todas as eleições era praticamente improvável. Os autores pensam nos eleitores como tendo expectativas racionais, mas não estão seguros sobre a competência do autarca, o que aumentaria os gastos autárquicos no período eleitoral para mostrar competência, pois assumem que os eleitores avaliam a eficiência através da produtividade pública.

Rosenberg (1992) analisa os ciclos políticos numa perspetiva teórica, pondo em questão os modelos tradicionais do comportamento político, pois estes assentam na assunção que o objetivo que determina a política, é a maximização da probabilidade de reeleição, e com base nesse pressuposto, existe uma assimetria inerente ao padrão de gastos perto do tempo das eleições, isto é, políticas que apaziguam ou beneficiam os eleitores são adotadas antes da eleição, com as consequências menos apelativas dessas mesmas políticas a serem diferidas para o período pós-eleição.

Este modelo é posto em causa, pela sua confiança em duas suposições implícitas de validade duvidosa, assim como em Rogoff e Sibert (1988). Em primeiro lugar, o modelo assume eleitores cujo horizonte temporal é demasiado pequeno para conter o ciclo político

manipulado por completo, e em segundo, assume eleitores irracionais que não conseguem perceber a relação sistemática entre decisões políticas e o tempo das eleições. Para o autor, por um lado, os eleitores com compreensão do ciclo político têm uma maior propensão para punir o autarca do que para recompensar a sua manipulação política. Por outro lado, a suposição de que os autarcas apenas querem maximizar as suas probabilidades de reeleição, implica políticas irracionais, pois assim que a possibilidade de perder a eleição é reconhecida, o comportamento ótimo tende a incorporar decisões com vista ao futuro.

Na opinião de Rosenberg (1992) uma parte significativa dos autarcas falham a reeleição, recorrendo depois ao setor privado ou a empresas públicas. Por isso para o autor o futuro do autarca influencia a sua estratégia de gastos, dependendo da sua probabilidade subjetiva, o autarca tem um incentivo para transformar o seu capital político em bens que sejam de valor para ele no período de pós-eleição, caso a sua reeleição não aconteça.

Para saber se os autarcas influenciam a forma como os eleitores os vêem e assim aumentarem as suas probabilidades de reeleição analisamos vários estudos, que se focam na manipulação orçamental por parte dos autarcas.

Veiga e Veiga (2007) analisaram a existência de ciclos políticos nos gastos públicos nas autarquias de Portugal continental no período de 1979 a 2000. Propõem-se a verificar se os gastos são afetados pelas eleições nacionais, se os ciclos oportunisticos são influenciados pela ideologia do autarca, se são influenciados pelo apoio junto à assembleia e/ou se são influenciados pela decisão de se recandidatar. Os autores encontram uma evidência clara de um comportamento oportunístico por parte do autarca através de um aumento nos gastos visíveis para o eleitorado antes da eleição, no entanto os testes econométricos realizados pelos autores demonstram que a dimensão dos ciclos oportunisticos não depende do autarca ter a maioria na Assembleia Municipal ou do facto de se recandidatar ao cargo, mas parece ser afetado pela ideologia, isto é, os autarcas de esquerda tendem a comportar-se de forma mais oportunística que os de direita.

Coelho *et al.* (2006) testam a existência de ciclos políticos no emprego das autarquias portuguesas, desenvolvendo o estudo para todas as autarquias portuguesas no período de 1985 a 2000. Os resultados permitem concluir a existência de ciclos políticos, pois encontraram uma forte evidência do aumento do emprego nas autarquias no ano

anterior à eleição, particularmente nos municípios em que o autarca tem a maioria na assembleia municipal e onde está a tentar a reeleição. O aumento no emprego da autarquia é especialmente notável na construção civil e em cargos públicos. Os autores argumentam que as variações no emprego são consequência dos aumentos nos gastos públicos autárquicos, concluindo que os aumentos no emprego antes da eleição são consistentes com um esforço por parte do autarca para sinalizar competência.

Araújo e Leite Filho (2011) tiveram como objetivo analisar os ciclos políticos nos estados Brasileiros no período de 1995 a 2008, encontrando, simultaneamente, ciclos políticos e partidários. Através de referências teóricas e da aplicação de testes econométricos, demonstram que os gastos públicos estaduais aumentam em anos eleitorais e se ajustam em anos pós-eleitorais, evidenciando um comportamento oportunista por parte dos governantes. Os autores concluem também que os gastos executados por governos de ideologias partidárias diferentes apresentam comportamentos diferentes. Os partidos de esquerda promovem uma maior expansão dos gastos públicos.

Litschig e Morrison (2010) por sua vez analisaram as autarquias brasileiras no período de 1982 a 1985, tendo como objetivo perceber o efeito de gastos adicionais das autarquias na probabilidade de reeleição do partido do autarca nas eleições municipais no Brasil em 1988. Analisaram também a proveniência dos valores extraordinários que permitem este aumento nos gastos, para isso tentam verificar se, os aumentos nos gastos governamentais melhoram as hipóteses eleitorais do partido do autarca em cargo, exploram discontinuidades no financiamento federal para as autarquias, para ver se estas transferências extraordinárias são a razão do aumento nos gastos governamentais. Concluíram que, as transferências extraordinárias resultam num crescimento de 20% nos gastos governamentais *per capita*, e por contra partida num aumento de 10% na probabilidade de reeleição do partido no cargo. Os autores ao analisarem os dados concluíram que, embora o aumento dos gastos autárquicos possam levar à reeleição através de patrocínios ou outros meios menos honrosos, também o podem fazer através da melhoria da boa prestação pública, tendo em consideração a maioria da literatura escrita que tem o aumento nos gastos autárquicos como uma ação negativa. Para os autores os gastos extraordinários das autarquias melhoraram os resultados educacionais e o rendimento familiar dos mais pobres, os quais são melhorias indiretas no serviço público.

Fiva e Natvik (2013) analisaram os tempo das eleições locais e nacionais na Noruega, para apurar como é que as probabilidades de reeleição do autarca afetam o seu investimento em capital. Os autores concluíram que maiores probabilidades de reeleição estimulam o investimento, particularmente em programas preferidos mais fortemente pelo partido do autarca. Para além disso verificaram que os políticos que não esperam ser reeleitos podem usar variáveis públicas para influenciar as políticas do seu sucessor. Ao escolher certas variáveis os autarcas afetam as restrições que os seus sucessores vão sofrer no futuro, e dessa forma que políticas são implementadas depois de deixar o cargo. Os autores afirmam que o impacto da antecipação do resultado das eleições nas estratégias de investimento pode ter dois resultados. Primeiro, uma probabilidade de reeleição baixa pode motivar o partido do autarca a investir com uma força maior na produção de bens e serviços que prefere, para assegurar que no futuro este bem público é providenciado mesmo que um opositor político sem os mesmos ideais tome posse. Em segundo, o retorno para capital público, isto é, no caso de edifícios escolares estes dependem de outros gastos com os quais são combinados, por exemplo o salário dos professores. Os sucessores são relutantes a disponibilizar recursos para os bens favorecidos pelo seu antecessor, então o autarca pode escolher cortar o investimento se a sua reeleição se tornar menos provável. Os autarcas de direita tendem a aumentar o investimento agregado, enquanto que os autarcas de esquerda tendem a aumentar o investimento para o cuidado de crianças.

Castro e Martins (2013) estudam as autarquias de Portugal continental de 1979 a 2005, fazendo uma análise empírica dos determinantes económicos à decisão do autarca de tentar outro mandato. Os autores chegaram a várias conclusões, que a economia local é mais importante para o autarca na sua escolha de tentar a reeleição que a economia nacional, a especulação de melhorias na economia municipal que levem o autarca a ganhar a eleição também gera um incentivo de reeleição. Os resultados mostram que os autarcas podem influenciar a economia local eles mesmos, aumentando as despesas públicas antes da eleição, para aumentar o seu apoio eleitoral na próxima eleição. As decisões de tentar outro mandato estão significativamente relacionadas com as expectativas do resultado eleitoral, nas variáveis pessoais apenas a idade se mostrou estatisticamente significativa. Por último, o tempo que o autarca tem em cargo também é significativo, quanto mais tempo tem no cargo menor é a probabilidade que se recandidate.

Existe outro tipo de informação divulgada pelas autarquias que pode influenciar a reeleição do autarca, como é o caso da informação fiscal.

Brender (2003) tinha como objetivo verificar se a *performance* fiscal influenciava a eleição do autarca, em Israel no período de 1989 a 1998, concluindo que, embora nas eleições de 1989 e 1993 a *performance* fiscal não fosse relevante para a decisão dos eleitores, na eleição de 1998, os eleitores parecem ter sido bastante influenciados por essa informação. Para o autor essa alteração deve-se ao progresso em três áreas críticas para a supervisão efetiva dos eleitores. A primeira área foi na prestação de contas, isto é, reforçou-se as medidas de auditoria e contabilísticas, e houve uma imposição de orçamentos mais rígidos. O que levou a uma relação mais próxima entre, as autarquias, a qualidade do serviço e as taxas de imposto, pois a informação disponibilizada é melhor. A segunda área foi a diminuição do poder dos partidos nacionais, os eleitores deixaram de votar pelo partido nacional e passam a votar pelo partido local. E na terceira área os eleitores passam a prestar uma maior atenção aos problemas locais, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação locais.

Rocha e Kee (2004) propôs-se a estudar os autarcas Brasileiros que tentaram a sua reeleição em 2000, pretendendo determinar se existia uma relação entre a *performance* fiscal e as hipóteses de reeleição do autarca. O autor tenta descobrir se o eleitorado pune o autarca em funções que aumenta as despesas e o déficit público, se o aumento de transferências do governo federal aumenta a probabilidade de reeleição e se existem diferenças entre os municípios dependendo do tamanho da população e da região geográfica. O autor concluiu que as probabilidades de reeleição do autarca estão correlacionadas com a expansão dos gastos públicos. Esta relação pode ser vista especialmente através das despesas correntes, das transferências correntes e das receitas correntes, isto é, quanto maior a capacidade de gastar, das autarquias, mais fácil será a reeleição do autarca. Por isso o autor diz que as autarquias novas, que não têm despesas ou responsabilidades anteriores, mas têm acesso a receitas transferidas pelo governo federal e estadual desde o seu começo, têm uma maior capacidade de gastar e, por isso, probabilidades superiores à média de os seus autarcas serem reeleitos. Relativamente à questão que o autor coloca para saber se existem diferenças entre os municípios, o autor concluiu que as regiões centro-oeste, norte e norte-este são mais susceptíveis de reeleger o

seu autarca, pelo fato de serem mais pobres e mais facilmente manipulados pelo uso de recursos públicos.

Nakaguma e Bender (2010), utilizaram também as autarquias brasileiras, estudando a existência de ciclos eleitorais na política fiscal, tendo como objetivo, investigar se os eleitores são capazes de captar as sinalizações de competência emitidas pelos governantes, e identificar e punir políticos oportunistas. Verificaram que a evidência empírica internacional é a de que os deficits orçamentários se elevam e a tributação se reduz nos anos eleitorais, especialmente em países em desenvolvimento, concluindo que existem ciclos políticos bem definidos, caracterizados por fortes aumentos de gastos públicos durante os anos pré eleitorais e/ou eleitorais e quedas acentuadas durante os anos pós-eleitorais. Além disso, os autores concluíram que a magnitude da manipulação verificada em anos pré eleitorais tem diminuído ao longo do tempo, resultados compatíveis com os obtidos por Brender e Drazen (2005). Esta tendência poderia ser atribuída à experiência adquirida pelos eleitores ao longo das sucessivas eleições, assim como à evolução das instituições fiscais e democráticas no país Brender e Drazen (2005).

Dos artigos que analisámos identificámos vários tipos de informação que influencia a reeleição, a informação fiscal, a informação económico-financeira e a informação orçamental.

## Capítulo 3 - Problema, questões e hipóteses de investigação

### 3.1. - Problema

Como analisado na revisão de literatura os autarcas tentam a sua manutenção no cargo através da manipulação dos seus recursos políticos. Verificamos que existe manipulação de recursos políticos, por parte dos autarcas, quer seja em países desenvolvidos quer seja em países em desenvolvimento. Verificámos também através da revisão da literatura que o autarca pode manipular mais que um tipo de informação. É uma área de estudo que, enquanto eleitores e/ou investigadores, nos interessa, na medida em que é importante saber se os autarcas tentam influenciar a sua reeleição e, se sim, de que forma.

Dos estudos analisados no âmbito da teoria de escolha pública, e, mais concretamente, na linha de investigação sobre os ciclos políticos, verificamos que a manipulação orçamental por parte do autarca envolve, maioritariamente, os gastos autárquicos (construção de estradas, pontes, investimento na educação).

A informação económico-financeira é cada vez mais uma informação importante pois, face ao Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, passou a exigir-se não só a tradicional informação orçamental, mas também informação financeira que permita avaliar a eficiência, a eficácia e a economia da aplicação dos recursos públicos.

Dos artigos que analisámos apenas Fernandes *et al.* (2011) estudam a influência da informação económico-financeira divulgada pelas autarquias. Este estudo usou como variáveis independentes índices em que foram considerados indicadores calculados com informação económica, financeira e orçamental bem como posições das autarquias em *rankings* que resultam da posição relativa de cada autarquia face ao conjunto de indicadores selecionados. Os resultados do estudo, permitem concluir que a informação financeira e orçamental tem impacto na reeleição do autarca. Não obstante, não permitem identificar, em concreto, quais os indicadores que exercem maior ou menor influência.

Nesse sentido, consideramos relevante desenvolver um estudo que permita

identificar que tipo de informação tem impacto sobre a reeleição do autarca e que possa ser uma extensão do trabalho de Fernandes *et al.* (2011). Face ao exposto colocamos o seguinte problema de investigação:

**A informação económico-financeira divulgada pelas autarquias influencia a reeleição do autarca?**

Procuramos dar resposta ao problema, considerando as questões de investigação que descrevemos seguidamente.

### **3.2. - Questões de investigação**

As questões de investigação têm como objetivo dar resposta ao problema de investigação formulado não só na identificação da informação económico-financeira que possa influenciar a reeleição, mas igualmente, procurar identificar se tal informação influencia a reeleição do autarca, independentemente do tamanho da autarquia. Assim, as questões que colocamos são as seguintes:

- 1 - Que tipo de informação económico-financeira pode influenciar a reeleição do autarca?
- 2 - O tipo de informação económico-financeira que pode influenciar a reeleição do autarca varia consoante o tamanho da autarquia?

Para responder às questões de investigação colocadas formulamos as hipóteses de investigação que a seguir se descrevem.

### **3.3. - Hipóteses de investigação**

#### **3.3.1. - Liquidez, Endividamento líquido e Independência financeira**

Não identificámos estudos na revisão da literatura que tivessem testado se a liquidez, o endividamento líquido e a independência financeira têm impacto na reeleição do autarca. Tal como já referimos, o estudo de Fernandes *et al.* (2011) baseia-se em informação económico-financeiras, no entanto utiliza como variáveis a posição da autarquia no *ranking* calculado por Carvalho *et al.* (2010) ou em índices que congregam



informação variada. Deste modo, e com o objetivo de uma maior contribuição na identificação dos fatores, em concreto, que possam influenciar a reeleição do autarca incluímos no estudo as variáveis que referimos acima. Estas variáveis fazem parte do conjunto de indicadores que foram considerados por Carvalho *et al.* (2010) no cálculo do *ranking* global das autarquias.

As variáveis liquidez e endividamento líquido são das que contribuem com maior peso para o *ranking* estabelecido por Carvalho *et al.* (2008) por serem as que face à Lei das Finanças Locais<sup>1</sup> (LFL), têm maior importância na avaliação da “saúde” financeira das autarquias. Por tal motivo, e porque a liquidez financeira mostra a capacidade da autarquia para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo e a LFL define claramente os limites ao endividamento de uma autarquia entendemos que estas variáveis poderão influenciar a reeleição do autarca. Embora não entrando com um peso tão elevado como as duas anteriores, a independência financeira permite relacionar as receitas próprias com as receitas totais da autarquia, evidenciando o seu maior ou menor grau de autonomia face ao governo central.

No caso da liquidez, esperamos que quanto maior a liquidez maior a probabilidade de reeleição, portanto, colocamos a hipótese de investigação  $H_1$  e esperamos um sinal negativo para esta variável.

$H_1$  – “A liquidez da autarquia influencia negativamente a reeleição do autarca.”

Como existem limites ao endividamento impostos pela LFL esperamos que quanto maior o endividamento, menor a probabilidade de reeleição, logo, esperamos um sinal negativo para a variável endividamento líquido, colocando a hipótese  $H_2$ .

$H_2$  – “O índice de endividamento líquido da autarquia influencia negativamente a reeleição do autarca.”

Quanto à independência financeira esperamos que quanto maior a independência financeira maior a possibilidade de reeleição, logo, esperamos que exerça uma influência positiva na reeleição do autarca, ou seja, esperamos um sinal positivo para a variável

---

<sup>1</sup> Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

independência financeira e colocamos a hipótese H<sub>3</sub>.

H<sub>3</sub> – “A independência financeira da autarquia influencia positivamente a reeleição do autarca”.

### **3.3.2. - Resultado líquido por habitante e Compromissos assumidos de capital por habitante**

As variáveis resultado líquido por habitante e compromissos assumidos de capital por habitante também não constam em nenhum dos estudos referidos na revisão bibliográfica, no entanto, entendemos que são variáveis importantes.

Face ao POCAL a contabilidade deve constituir um instrumento de gestão económico-financieira, permitindo avaliar a eficiência, eficácia e economia da aplicação dos recursos colocados à disposição das autarquias. Nesse sentido, e porque o resultado líquido é um instrumento que traduz a *performance* económico-financieira de uma entidade durante um determinado período de tempo e que o cidadão pretende a melhor aplicação de recursos para a melhor satisfação das suas necessidades entendemos que seria importante perceber a sua influência no sentido de voto dos cidadãos. Pelas razões apontadas, esperamos um sinal positivo para a variável resultado líquido por habitante e colocamos a hipótese H<sub>4</sub>.

H<sub>4</sub> – “O resultado líquido por habitante influencia positivamente a reeleição do autarca.”

A variável compromissos assumidos de capital por habitante é importante, porque segundo os estudos realizados no âmbito da linha de investigação dos ciclos políticos e analisados na revisão de literatura, os autarcas investem em áreas de grande visibilidade para os eleitores para tentarem influenciar a reeleição, como por exemplo passagens de peões e estradas, como referido Veiga e Veiga (2007), sendo assim esse tipo de investimento irá aparecer na rubrica de compromissos assumidos de capital, pelo que entendemos que é uma variável que irá influenciar a reeleição.

De acordo com o exposto, entendemos que a variável compromissos assumidos de capital por habitante irá influenciar positivamente a reeleição do autarca, por isso colocamos a hipótese H<sub>5</sub>.

H<sub>5</sub> - “Os compromissos assumidos de capital por habitante influenciam positivamente a reeleição do autarca.



## **Capítulo 4 - Metodologia**

### **4.1. - Descrição dos dados**

Os dados relativos à candidatura, à reeleição e à cor partidária dos autarcas foram retirados do site <http://www.anmp.pt/> para as eleições de 2009 e de 2013. Só foram considerados os municípios em que o autarca em exercício de funções, aquando das eleições, se recandidatou.

Os dados relativos à população foram retirados do site <http://www.pordata.pt/> e são relativos aos censos de 2001 e de 2011.

Os dados necessários ao cálculo das variáveis relativas à informação financeira foram recolhidos dos balanços e dos mapas de execução orçamental das receitas das autarquias e foram disponibilizados pelo Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade da Escola de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

### **4.2. - População e amostras**

A população considerada para o presente estudo consiste nos 308 municípios existentes em Portugal que, atendendo à classificação do Carvalho *et al.* (2008) se dividem em municípios de pequena dimensão, aqueles com menos de 20.000 habitantes (184 municípios), em municípios de média dimensão, os que têm mais de 20.000 habitantes e menos de 100.000 habitantes (102 municípios) e municípios de grande dimensão, os que têm mais de 100.000 habitantes (22 municípios).

Consideramos para o estudo o ciclo eleitoral cujo período medeia entre as eleições autárquicas de 2005 e 2009 e o ciclo eleitoral que medeia entre as eleições autárquicas de 2009 a 2013.

Face aos dados existentes, não foi possível introduzir na análise a totalidade dos municípios, por tal facto, considerámos apenas os municípios em que para os períodos referidos existiam dados que permitissem o cálculo das variáveis para todos os anos de

cada período eleitoral. Por este motivo trabalhámos com uma amostra de 1200 municípios para o ciclo político que culminou com as eleições de 2009 e 1172 municípios para o ciclo político que culminou com as eleições de 2013.

Dos municípios referidos, considerámos ainda, para cada ciclo político, duas subamostras. Uma com 711 de municípios de pequena dimensão e outra com 489 de média e grande dimensão para o ciclo político que culminou com as eleições de 2009. Para o ciclo político que culminou com as eleições de 2013 utilizámos uma subamostra com 694 municípios de pequena dimensão e outra com 478 de média e grande dimensão.

### **4.3. - Cálculo das variáveis**

#### **4.3.1. - Reeleição do autarca**

Para Coelho *et al.* (2006) e Castro e Martins (2013) a variável reeleição é dicotómica - assume o valor 1 se o autarca tenta a reeleição e o valor 0 se o autarca não tenta a reeleição. Para Brender (2003), Fernandes *et al.* (2011) e Rocha e Kee (2004) a variável reeleição é igualmente dicotómica e assume o valor 1 se o autarca foi reeleito e o valor 0 se o autarca não foi reeleito. No caso de Brender (2003) quando não é reeleito o autor só conta os casos em que o autarca decidiu recandidatar-se mas perdeu ou desistiu, no entanto, Fernandes *et al.* (2011) não mencionam se retiraram os casos em que o autarca não tentou a reeleição. Rocha e Kee (2004) não faz distinção entre os autarcas que tentaram a reeleição, mas perderam a eleição e os autarcas que não tentaram a reeleição, no entanto usam uma variável, separada desta, que distingue se o autarca foi candidato ou não foi candidato à reeleição.

No presente estudo a variável reeleição é também dicotómica - se o autarca se recandidatou e foi reeleito assume o valor 1, se o autarca se recandidatou, mas não foi reeleito assume o valor 0. Não consideramos os casos em que o autarca não tentou a reeleição.

#### 4.3.2. - Cor Partidária

Dos estudos analisados na revisão bibliográfica, Coelho *et al.* (2006), Fernandes *et al.* (2011) e Veiga e Veiga (2007) utilizaram a variável cor partidária como variável de controlo na medida em que é uma variável que tem por base os ideais políticos do autarca. Nestes estudos a variável cor partidária é sempre significativa, variando o seu peso explicativo nos resultados dos artigos referidos. Considerando o exposto, incluímos igualmente a variável cor partidária como variável de controlo e, tal como os autores referidos, utilizámos uma variável dicotómica que assume o valor 1 se o autarca que tenta a reeleição pertence a um partido de direita e o valor 0 se o autarca que tenta a reeleição pertence a um partido de esquerda. Considerámos como partidos de direita o Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular e o Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e como partidos de esquerda o Partido Socialista, o Partido Comunista Português/Coligação Democrática Unitária (é uma coligação de esquerda, formada pelo PCP e pelo Partido Ecologista "Os Verdes") e o Partido Renovador Democrático. Não consideramos os casos em que o autarca pertence a partidos independentes.

#### 4.3.3. - Liquidez

Para o cálculo da liquidez utilizámos a mesma forma de cálculo que Carvalho *et al.* (2008) conforme a equação que apresentamos abaixo.

$$Liq_{i(t-n)} = \frac{DP_{cp_{i(t-n)}}}{DR_{cp_{i(t-n)}} + DP_{i(t-n)} + TN_{i(t-n)}}$$

Em que:

- |                    |  |
|--------------------|--|
| $Liq_{i(t-n)}$     | - Liquidez da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).                         |
| $DP_{cp_{i(t-n)}}$ | - Dívidas a pagar de curto prazo da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).   |
| $DR_{cp_{i(t-n)}}$ | - Dívidas a receber de curto prazo da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4). |
| $DP_{i(t-n)}$      | - Disponibilidades da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).                 |
| $TN_{i(t-n)}$      | - Títulos negociáveis da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).              |

#### 4.3.4. - Endividamento líquido por habitante

O cálculo do endividamento líquido por habitante foi efetuado a partir da fórmula abaixo, considerando igualmente o Carvalho *et al.* (2008).

$$EnD_{i(t-n)} = \frac{DtP_{i(t-n)} - (DtR_{i(t-n)} + Dp_{i(t-n)} + TN_{i(t-n)})}{Nh_{i(t-n)}}$$

Em que:

- $EnD_{i(t-n)}$  - Endividamento líquido por habitante da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).
- $DtP_{i(t-n)}$  - Dívidas totais a pagar da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).
- $DtR_{i(t-n)}$  - Dívidas totais a receber da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).
- $Dp_{i(t-n)}$  - Disponibilidades da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).
- $TN_{i(t-n)}$  - Títulos negociáveis da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).
- $Nh_{i(t-n)}$  - Número de habitantes da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).

#### 4.3.5. - Independência financeira

Ainda considerando Carvalho *et al.* (2008), o cálculo do rácio de independência financeira foi efetuado segundo a formula seguinte.

$$InD_{i(t-n)} = \frac{Rp_{i(t-n)}}{Rt_{i(t-n)}}$$

Em que:

- $InD_{i(t-n)}$  - Independência financeira da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).
- $Rp_{i(t-n)}$  - Receitas próprias da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).
- $Rt_{i(t-n)}$  - Receitas totais da autarquia i no momento (t-n,) para (n=1, 2, 3, 4).



#### 4.3.6. - Resultado líquido por habitante

O cálculo do rácio foi feito segundo a equação seguinte

$$RLiQ_{i(t-n)} = \frac{Rl_{i(t-n)}}{Nh_{i(t-n)}}$$

Em que:

$RLiQ_{i(t-n)}$  -Resultado Líquido por habitante da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).

$Rl_{i(t-n)}$  - Resultado líquido da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).

$Nh_{i(t-n)}$  -Número de habitantes da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3,4).

#### 4.3.7. - Compromissos assumidos de capital, por habitante

O cálculo desta variável foi efetuado de acordo com a equação apresentada de seguida.

$$ComAssuM_{i(t-n)} = \frac{CaC_{i(t-n)}}{Nh_{i(t-n)}}$$

Em que:

$ComAssuM_{i(t-n)}$  - Compromissos assumidos de capital por habitante da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).

$CaC_{i(t-n)}$  - Compromissos assumidos de capital da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3, 4).

$Nh_{i(t-n)}$  -Número de habitantes da autarquia i no momento (t-n), para (n=1, 2, 3,4).

#### 4.4. - Modelo de regressão múltipla

De forma a testar as hipóteses colocadas nas subsecções 3.3.1 e 3.3.2, vamos utilizar o modelo *probit* de regressão múltipla apresentado de seguida:

$$Re_{i(t-n)} = \alpha + \beta_1 CP_{i(t-n)} + \beta_2 LiQ_{i(t-n)} + \beta_3 EnDi_{i(t-n)} + \beta_4 InD_{i(t-n)} + \beta_5 RLiQ_{i(t-n)} + \beta_6 ComAssuM_{i(t-n)}$$

Em que:

$Re_{i(t-n)}$	- Reeleição do autarca da autarquia $i$ no momento $(t-n)$ , para $(n=1, 2, 3, 4)$ .
$\alpha$	- Constante.
$CP_{i(t-n)}$	- Cor Partidária do autarca da autarquia $i$ no momento $(t-n)$ , para $(n=1, 2, 3, 4)$ .
$LiQ_{i(t-n)}$	- Liquidez da autarquia $i$ no momento $(t-n)$ , para $(n=1, 2, 3, 4)$ .
$EnDi_{i(t-n)}$	- Endividamento líquido por habitante da autarquia $i$ no momento $(t-n)$ , para $(n=1, 2, 3, 4)$ .
$InD_{i(t-n)}$	- Independência financeira da autarquia $i$ no momento $(t-n)$ , para $(n=1, 2, 3, 4)$ .
$RLiQ_{i(t-n)}$	- Resultado líquido por habitante da autarquia $i$ no momento $(t-n)$ , para $(n=1, 2, 3, 4)$ .
$ComAssuM_{i(t-n)}$	- Compromissos assumidos de capital por habitante da autarquia $i$ no momento $(t-n)$ , para $(n=1, 2, 3, 4)$ .
$\beta$	- Coeficiente das variáveis independentes.

Tal como referido nas subsecções 3.3.1 e 3.3.2, esperamos um sinal negativo para as variáveis  $LiQ_{i(t-n)}$  e  $EnDi_{i(t-n)}$  e um sinal positivo para as variáveis  $InD_{i(t-n)}$ ,  $RLiQ_{i(t-n)}$  e  $ComAssuM_{i(t-n)}$ .

Não temos expectativas quanto ao sinal da variável  $Cp_{i(t-n)}$  uma vez que se apresenta como variável de controlo. Fernandes *et al.* (2011), encontraram um sinal positivo nas amostras de todas as autarquias e na das autarquias de grande dimensão e, um sinal negativo na amostra das autarquias de pequena dimensão.

## Capítulo 5 - Análise dos resultados

### 5.1. Análise estatística das variáveis

A tabela 1 apresenta a distribuição das 308 autarquias nacionais de acordo com a sua dimensão, tendo em conta a população dos censos de 2001 e de 2011. As autarquias, tal como foi referido anteriormente foram classificadas em pequena dimensão (PD) - menos de 20.000 habitantes, em média dimensão (MD) - entre 20.000 e 100.000 habitantes e grande dimensão (GD) - mais de 100.000 habitantes.

Tabela 1 – Número de autarquias de acordo com a sua dimensão

Censos	PD	MD	GD	MGD	Total
2001	179	105	24	129	308
2011	181	102	25	127	308

Como podemos verificar pela análise da tabela 1, de acordo com o censo de 2001 existem 179 autarquias de PD, tendo este número subido para 181 de acordo com o censo de 2011. Quanto às de MD, apresentam um comportamento contrário, de acordo com o censo de 2001 existem 105 autarquias de MD, e este número desceu para 102 de acordo com o censo de 2011. As autarquias de GD apresentam um comportamento semelhante às de PD, de acordo com o censo de 2001 existem 24 autarquias de GD, tendo este valor subido para 25 de acordo com o censo de 2011.

De acordo com o nosso objetivo, procuramos avaliar a influência da informação financeira na reeleição dos autarcas e ainda se a existir influência ela é distinta em função da dimensão da autarquia. Por essa razão, faremos a análise considerando para cada ciclo eleitoral, em primeiro lugar todas as autarquias, independentemente da sua dimensão (TD) e, posteriormente, procedemos à análise para a subamostra de autarquias de PD e para a subamostra de autarquias média e grande dimensão (MGD). Esta subdivisão foi efetuada para os ciclos eleitorais de 2009 e de 2013 com base no censo de 2001 e com base no censo de 2011 respetivamente. Pelo que, de acordo com a tabela 1, a subamostra de autarquias de PD é de 179 e a subamostra de autarquias de MGD é de 129 para o estudo do primeiro ciclo eleitoral. Para o ciclo eleitoral de 2013 podemos observar na tabela 1 que o

número de autarquias incluídas na subamostra de PD é de 181 e para a subamostra de autarquias de MGD é de 127.

Na tabela 2 apresentamos o número de observações possíveis e incluídas na análise para cada período eleitoral. As observações incluídas na análise são inferiores às possíveis, dado que as autarquias em que o autarca não tentou a reeleição, em que o cálculo de pelo menos uma das variáveis não foi possível e em que o partido político a que o autarca pertence não é nem de esquerda nem de direita, foram retiradas da análise.

Tabela 2 – Número de observações possíveis/número observações incluídas na análise em cada ciclo eleitoral

Ciclo eleitoral	Número de observações		Número de observações		Número de observações	
	Autarquias de PD		Autarquias de MGD		Autarquias de TD	
	Possíveis	Incluídas	Possíveis	Incluídas	Possíveis	Incluídas
2005 a 2008	716	711	516	489	1232	1200
2009 a 2012	720	694	512	478	1232	1172

Salientamos que da análise da tabela 2 a variação entre as observações possíveis e as incluídas deve-se, na sua maioria, ao facto de, por imposição legal – lei da limitação de mandatos<sup>2</sup> - não ter sido possível a candidatura de alguns autarcas.

Como podemos observar na tabela 3, de entre os autarcas que tentaram a reeleição no ano de 2009 houve uma percentagem de sucesso de aproximadamente 85%, sendo que no ano de 2013 a taxa de sucesso é de 80%.

Tabela 3 - Número de observações de candidatos não reeleitos, reeleitos e percentagem de reeleição

Eleição	Número de observações	Número de candidatos não reeleitos	Número de candidatos reeleitos	Percentagem de candidatos reeleitos
2009	952	146	806	84,66%
2013	485	96	389	80,21%

<sup>2</sup> Lei nº 46 /2005 de 29 de Agosto, estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos residentes dos órgãos executivos das autarquias locais

Da análise das tabelas 4 e 5 constatamos que nos dois ciclos eleitorais a  $LiQ_{i(t-n)}$  média é sempre maior que 1, significando que em média as autarquias incluídas na análise têm uma fraca capacidade de cumprir com as suas obrigações de curto prazo. De referir ainda que o valor máximo (172.45) e o valor mínimo (0,003) apresentado por este indicador encontra-se no período que medeia entre 2005 a 2008.

Também podemos, a partir das tabelas 4 e 5 verificar que no primeiro ciclo em análise, o valor da  $LiQ_{i(t-n)}$  média é menor nas autarquias de MGD, enquanto que no período que medeia entre 2009 a 2012 é menor nas autarquias de PD. No que respeita à variável  $EnD_{i(t-n)}$ , esta apresenta uma média mais elevada no segundo ciclo eleitoral quando consideramos a amostra de autarquias de TD. Podemos ainda verificar que a média deste indicador é, em ambos os ciclos, mais elevada na subamostra das autarquias de PD e que apresenta o seu valor máximo e o seu valor mínimo em ambos os períodos eleitorais numa autarquia de PD.

A média da variável  $InD_{i(t-n)}$  apresenta-se mais elevada no segundo ciclo eleitoral, relativamente às subamostras PD e MGD, este indicador apresenta uma  $InD_{i(t-n)}$  mais acentuada na subamostra MGD. Este indicador apresenta o seu valor máximo no período que medeia entre 2009 a 2012 e o seu valor mínimo no período que medeia entre 2005 a 2008 e ambos ocorrem numa autarquia de MGD.

Pela análise das tabelas 4 e 5 podemos ainda verificar que o valor médio da variável  $RLiQ_{i(t-n)}$  é mais alto no ciclo eleitoral que medeia entre 2005 a 2008, relativamente às três subamostras analisadas. Verificamos ainda que a variável  $RLiQ_{i(t-n)}$  apresenta o seu valor máximo e o seu valor mínimo no ciclo eleitoral que medeia entre 2005 a 2008 numa autarquia de PD.

A variável  $ComAssum_{i(t-n)}$  apresenta uma média mais baixa no ciclo eleitoral que medeia entre 2009 a 2012, em todas as subamostras analisadas e apresenta o seu valor máximo e o seu valor mínimo no primeiro ciclo eleitoral numa autarquia de PD.

Tabela 4 - Análise estatística do ciclo eleitoral de 2005 a 2008

Variáveis	Média			Desvio padrão			Mínimo			Máximo		
	TD	PD	MGD	TD	PD	MGD	TD	PD	MGD	TD	PD	MGD
C <sub>Pi(t-n)</sub>	0,000	0,000	0,000	0,498	0,497	0,500	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
Li <sub>Qi(t-n)</sub>	2,002	2,256	1,767	9,038	11,120	5,677	0,003	0,042	0,003	172,455	172,455	62,357
En <sub>Di(t-n)</sub>	474,504	553,573	404,512	586,406	688,570	477,386	-666,233	-666,233	-575,483	6063,641	6063,641	5003,521
In <sub>Di(t-n)</sub>	0,260	0,186	0,329	0,150	0,126	0,147	0,012	0,043	0,012	0,888	0,791	0,888
R <sub>LiQi(t-n)</sub>	47,334	46,733	42,186	286,912	370,004	136,577	-1511,352	-1511,352	-694,196	6754,473	6754,473	686,473
ComAssu <sub>Mi(t-n)</sub>	587,307	768,780	466,180	585,695	685,122	310,237	7,600	7,600	27,401	8191,941	8191,941	2140,566

Tabela 5 - Análise estatística do ciclo eleitoral de 2009 a 2012

Variáveis	Média			Desvio padrão			Mínimo			Máximo		
	TD	PD	MGD	TD	PD	MGD	TD	PD	MGD	TD	PD	MGD
C <sub>Pi(t-n)</sub>	0,000	0,000	0,000	0,486	0,488	0,482	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
Li <sub>Qi(t-n)</sub>	2,291	2,281	2,359	8,205	9,633	4,746	0,015	0,015	0,093	86,996	86,996	49,595
En <sub>Di(t-n)</sub>	654,290	769,076	544,337	762,943	878,709	415,754	-1187,441	-1187,441	-480,921	5542,244	5542,244	2021,346
In <sub>Di(t-n)</sub>	0,383	0,325	0,516	0,201	0,172	0,192	0,050	0,050	0,094	0,951	0,914	0,951
R <sub>LiQi(t-n)</sub>	5,115	-8,342	6,534	190,684	219,872	122,373	-1088,456	-1088,456	-719,093	712,792	681,854	712,792
ComAssu <sub>Mi(t-n)</sub>	514,303	683,914	395,876	422,087	448,731	234,599	109,991	184,688	109,991	3452,555	3452,555	1403,084

## 5.2. Resultados da regressão múltipla

Os resultados da análise de regressão múltipla são apresentados na tabela 6 relativos a cada um dos ciclos eleitorais. Partindo do modelo descrito na secção 4.4, consideramos três modelos para desta forma procurarmos aumentar o poder de explicação e a utilidade do modelo.

O  $R^2$  McFadden indica o grau de ajustamento da regressão e, quanto mais próximo de um, melhor será o seu ajustamento. Como podemos verificar na tabela 6 este indicador é baixo para os dois ciclos eleitorais em estudo e em todos os modelos analisados, sendo ligeiramente mais elevado no ciclo eleitoral que medeia entre 2009 e 2012.

A estatística F indica se a equação de regressão é significativa. Esta apresenta-se estatisticamente significativa em todos os modelos do período eleitoral que medeia entre 2005 a 2008 exceto no modelo B. Apresenta um nível de significância estatística de 5% relativamente à subamostra de autarquias de MGD em todos os modelos testados e apresenta um nível de significância estatística de 1% nas restantes subamostras para todos os modelos testados.

No ciclo eleitoral que medeia entre 2009 e 2012 a estatística F apresenta-se sempre estatisticamente significativa em todos os modelos exceto para a subamostra das autarquias de PD. Para esta subamostra a estatística F apresenta-se estatisticamente significativa apenas no modelo B com um nível de significância de 5%. Relativamente aos restantes modelos a estatística F apresenta-se sempre estatisticamente significativa, embora com níveis de significância estatística diferente. Relativamente à subamostra das autarquias de MGD o nível de significância estatística é de 1% em todos os modelos. Relativamente à subamostra TD tem um nível de significância estatística de 1% nos modelos B e C e de 5% no modelo A.

Tabela 6 - Resultado do modelo de regressão múltipla dos períodos eleitorais de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012

Variáveis ind	Sinal esperado	Modelo A						Modelo B						Modelo G					
		TD		PD		MGD		TD		PD		MGD		TD		PD		MGD	
		2005-2008	20092012	2005-2008	20092012	2005-2008	20092012	2005-2008	20092012	2005-2008	20092012	2005-2008	20092012	2005-2008	20092012	2005-2008	20092012	2005-2008	20092012
		0,301 (2,210)**	1,196 (4,501)**	0,337 (1,751)*	1,224 (3,710)**	0,781 (15,248)**	1,361 (2,791)**	0,417 (3,146)**	1,318 (5,366)**	0,688 (3,968)**	1,431 (4,708)**	0,814 (16,136)**	1,305 (2,809)**	0,372 (2,998)**	1,084 (5,136)**	0,298 (1,553)	1,053 (4,079)**	0,792 (16,905)**	1,211 (2,765)**
Cp	+	0,408 (4,530)**	-0,077 (-0,510)	0,749 (5,245)**	0,031 (0,165)	0,091 (3,124)**	-0,107 (-0,392)							0,399 (4,454)**	-0,086 (-0,575)	0,744 (5,231)**	0,011 (0,060)	0,091 (3,149)**	-0,131 (-0,483)
LiQ	-	0,008 (1,253)	0,008 (0,753)	0,007 (0,825)	0,010 (0,821)	-0,000 (-0,041)	-0,023 (-0,589)	0,008 (1,278)	0,007 (0,687)	0,010 (1,113)	0,009 (0,721)	-0,000 (-0,144)	-0,021 (-0,538)	0,008 (1,221)	0,009 (0,836)	0,008 (0,876)	0,011 (0,941)	0,000 (-0,006)	-0,027 (-0,712)
EnDi	-	-0,000 (-0,831)	-0,000 (1,972)*	0,000 (-1,090)	-0,000 (-1,338)	-0,000 (-0,833)	-0,001 (-1,848)*	-0,000 (-0,826)	-0,000 (-1,444)	0,000 (0,545)	-0,000 (-0,862)	-0,000 (-0,618)	-0,001 (1,987)*	-0,000 (-0,416)	-0,000 (2,588)**	0,000 (0,822)	-0,000 (-1,916)*	-0,000 (-0,674)	-0,001 (2,165)*
InD	+	0,446 (1,382)	0,029 (0,074)	1,534 (2,437)*	-0,152 (-0,265)	0,093 (0,898)	0,631 (0,894)	0,687 (2,176)*	-0,039 (-0,100)	1,232 (2,104)*	-0,214 (-0,382)	0,108 (1,033)	0,701 (1,027)	0,427 (1,339)	0,125 (0,336)	1,372 (2,237)**	-0,018 (-0,032)	0,091 (0,872)	0,691 (0,991)
RLiQ	+	0,000 (-0,397)	0,001 (2,357)*	-0,000 (-0,156)	0,001 (1,430)	0,000 (-0,795)	0,002 (2,255)*	0,000 (-0,693)	0,001 (2,275)	0,000 (0,400)	0,001 (1,359)	0,000 (0,783)	0,002 (2,233)*	0,000 (0,528)	0,001 (2,443)*	-0,000 (-0,227)	0,001 (1,557)	0,000 (0,865)	0,002 (2,161)*
ComAssuM	+	0,000 (1,347)	-0,000 (-0,699)	-0,000 (-1,125)	-0,000 (-0,840)	0,000 (0,556)	-0,000 (-0,714)	0,000 (1,091)	-0,000 (2,370)*	0,000 (-1,022)	-0,001 (2,555)**	0,000 (0,670)	-0,000 (-0,767)						
RMcFadden		0,026	0,039	0,070	0,031	0,023	0,121	0,008	0,051	0,013	0,052	0,006	0,119	0,024	0,038	0,068	0,028	0,022	0,117
Estatística F		29,491***	15,881**	36,648**	8,028	2,193**	17,555**	8,644	21,539**	6,681	14,386**	0,670	17,402**	27,495**	15,394**	35,465**	7,326	2,573**	17,046**

Nota:

a) \*\*\* Nível de significância de 1%; \*\* Nível de significância de 5% e \* Nível de significância de 10%



No ciclo eleitoral que medeia entre 2005 a 2008 a variável  $Cp_{i(t-n)}$  apresenta um nível de significância estatística de 1% em todos os modelos e relativamente a todas as subamostras, exceto no modelo A em que para a subamostra de TD apresenta um nível de significância de 5%. Esta variável apresenta sempre um sinal positivo como o esperado.

A variável  $InD_{i(t-n)}$  apresenta sempre um nível de significância estatística de 5% relativamente às autarquias de PD, apresentando ainda, relativamente à subamostra de TD, um nível de significância de 5% no modelo B. Apresenta um sinal positivo conforme o esperado.

As variáveis  $LiQ_{i(t-n)}$ ,  $EnD_{i(t-n)}$ ,  $RLiQ_{i(t-n)}$  e  $ComAssuM_{i(t-n)}$  são estatisticamente não significativas em todos os modelos.

Relativamente ao ciclo eleitoral que medeia entre 2009 e 2012 a variável  $EnD_{i(t-n)}$  apresenta um nível de significância de 1% na subamostra de TD no modelo C, também relativamente à subamostra de TD apresenta um nível de significância de 5% no modelo A. No caso da subamostra das autarquias de PD este indicador apresenta um nível de significância de 10% no modelo C, enquanto que na subamostra de autarquias de MGD apresenta um nível de significância de 5% nos modelos B e C, e um nível de significância de 10% no modelo A. A variável  $EnD_{i(t-n)}$  apresenta um sinal negativo conforme esperado.

A variável  $RLiQ_{i(t-n)}$  apresenta um nível de significância de 5% nos modelos A e C relativamente à subamostra das autarquia de TD, apresentando o mesmo nível de significância para as autarquias de MGD em todos os modelos. Esta variável apresenta um sinal positivo conforme esperado.

A variável  $ComAssuM_{i(t-n)}$  só se apresenta estatisticamente significativa no modelo B. Relativamente à subamostra de TD apresenta um nível de significância de 5% e relativamente à subamostra de autarquias de PD apresenta um nível de significância de 1%. Esta variável apresenta um sinal negativo contrário ao esperado. Segundo a teoria da escolha pública e os artigos analisados na revisão de literatura, o aumento dos gastos em áreas visíveis para o eleitorado influencia a reeleição do autarca positivamente, no entanto, os nossos resultados são contrários.

As variáveis  $Cp_{i(t-n)}$ ,  $LiQ_{i(t-n)}$  e  $InD_{i(t-n)}$  são estatisticamente não significativas em todos os modelos.

### **5.3. Conclusões da regressão múltipla**

Face à análise da regressão múltipla e aos modelos apresentados em 5.2, relativamente às autarquias na sua generalidade, não conseguimos corroborar a hipótese  $H_1$ , “A liquidez da autarquia influencia negativamente a reeleição do autarca”, conseguimos corroborar a hipótese  $H_2$ , “O índice de endividamento líquido da autarquia influencia negativamente a reeleição do autarca”, no período que medeia entre 2009 e 2012, nos modelos A e C. Conseguimos corroborar a hipótese  $H_3$ , “A independência financeira da autarquia influencia positivamente a reeleição do autarca”, no período que medeia entre 2005 e 2008, apenas no modelo B. Conseguimos corroborar a hipótese  $H_4$ , “O resultado líquido por habitante influencia positivamente a reeleição do autarca”, nos modelos A e C e não conseguimos corroborar a hipótese  $H_5$ , “Os compromissos assumidos de capital por habitante influenciam positivamente a reeleição do autarca”, pois embora esta variável se apresente significativa não apresenta o sinal esperado.

Relativamente às autarquias de PD, não conseguimos corroborar a hipótese  $H_1$ , “A liquidez da autarquia influencia negativamente a reeleição do autarca”, conseguimos corroborar a hipótese  $H_2$ , “O índice de endividamento líquido da autarquia influencia negativamente a reeleição do autarca”, no período que medeia entre 2009 e 2012, no modelo C. Conseguimos corroborar a hipótese  $H_3$ , “A independência financeira da autarquia influencia positivamente a reeleição do autarca”, no período que medeia entre 2005 e 2008, em todos os modelos. Não conseguimos corroborar a hipótese  $H_4$ , “O resultado líquido por habitante influencia positivamente a reeleição do autarca” e, não conseguimos corroborar a hipótese  $H_5$ , “Os compromissos assumidos de capital por habitante influenciam positivamente a reeleição do autarca”, pois não apresenta o sinal esperado.

Relativamente às autarquias de MGD, não conseguimos corroborar a hipótese  $H_1$ , “A liquidez da autarquia influencia negativamente a reeleição do autarca”, conseguimos corroborar a hipótese  $H_2$ , “O índice de endividamento líquido da autarquia influencia

negativamente a reeleição do autarca”, no período que medeia entre 2009 e 2012, em todos os modelos. Não conseguimos corroborar a hipótese H<sub>3</sub>, “A independência financeira da autarquia influencia positivamente a reeleição do autarca”. Conseguimos corroborar a hipótese H<sub>4</sub>, “O resultado líquido por habitante influencia positivamente a reeleição do autarca”, no período que medeia entre 2009 e 2012, em todos os modelos e, não conseguimos corroborar a hipótese H<sub>5</sub>, “Os compromissos assumidos de capital por habitante influenciam positivamente a reeleição do autarca”.

Conseguimos assim responder às duas questões de investigação, a informação que influencia a reeleição do autarca, e essa informação varia consoante o tamanho da autarquia.

Concluimos ainda que a cor partidária (considerada uma variável de controlo), influencia positivamente a reeleição do autarca no período que medeia entre 2005 e 2008.

Os dois períodos analisados têm características económico-financeiras divergentes, assim como um enquadramento legal diferente quanto ao número de mandatos possíveis dos autarcas pelo que, admitimos, tais divergências possam interferir nos resultados obtidos. No primeiro período analisado devido ao POCAL só ter sido obrigatório a partir de 2001 e poucas autarquias terem preparado a informação financeira exigida por o referido normativo nos primeiros anos da sua implementação, houve autarquias que tiveram que ser retiradas devido à falta de dados. No entanto a amostra analisada é significativamente maior que a amostra do segundo período, no qual a lei da limitação de mandatos<sup>3</sup> fez com que muitas autarquias não pudessem ser consideradas, pois apenas podem ser integradas as autarquias em que o autarca tenta a reeleição. Admitimos que alguns resultados possam divergir entre períodos devido a esta lei.

---

<sup>3</sup> Lei nº 46/2005 de 29 de Agosto, estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos residentes dos órgãos executivos das autarquias locais



## **Capítulo 6 - Conclusões**

### **6.1. Conclusões**

Esta dissertação teve como objetivo responder ao problema identificado, “a informação económico-financeira divulgada pela autarquias influencia a reeleição do autarca”. Nesse sentido, procuramos responder às questões de investigação colocadas no ponto 3.2. através do teste às hipóteses colocadas no ponto 3.3.

O trabalho desenvolvido assentou nos pressupostos das teorias de agência e de escolha pública.

Face às conclusões retiradas da análise à regressão múltipla e aos modelos apresentados em 5.2, relativamente às autarquias na sua generalidade, não conseguimos corroborar as hipóteses  $H_1$  e  $H_5$ , para nenhum dos períodos e dos modelos analisados. Conseguimos corroborar as hipóteses  $H_2$ ,  $H_3$  e  $H_4$ .

Podemos concluir que é importante que se continue a investigar sobre o problema identificado em 3.1, uma vez que constatamos que existe informação variada que influencia a reeleição.

### **6.2. Trabalhos futuros**

Um possível trabalho futuro, poderá consistir em analisar outro tipo de informação, com outros parâmetros.

Poderemos utilizar o mesmo modelo de análise, mas refinando a forma de cálculo das variáveis utilizadas ou utilizando outras variáveis, ou por outro lado analisar dois períodos mais uniformes em que a lei de limitação de mandatos já se encontra em vigor.

### **6.3. Limitações do estudo**

Algumas das dificuldades desta dissertação resultaram da falta de informação de alguns municípios, especialmente nos primeiros anos, o que nos levou a não incluir o ciclo eleitoral que culminou com as eleições de 2005.

Reconhecemos que poderam ser limitações do estudo, o facto de as características ambientais dos dois períodos serem diferentes, e, a crise económica de 2008 que levou à alteração de certos comportamentos por parte das autarquias.

## Referências Bibliográficas

- Araújo, J e Leite Filho, P. (2011). "Área 4–Economia do Setor Público."
- Bovens, M. (2010). "Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism." West European Politics **33**(5): 946-967.
- Brender, A. (2003). "The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989–1998." Journal of Public Economics **87**(9–10): 2187-2205.
- Brender, A. e Drazen, A. (2005). "Political budget cycles in new versus established democracies." Journal of Monetary Economics **52**(7): 1271-1295.
- Buchanan, J. e Tullock, G. (1977). "The expanding public sector: Wagner squared." Public Choice **31**(1): 147-150.
- Carvalho, J., Fernandes, M., Camões, P., *et al.* (2008). "Anuário financeiro dos municípios portugueses."
- Carvalho, J., Fernandes, M., Camões, P., *et al.* (2010). "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses–2008." Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- Castro, V. e Martins, R. (2013). "Running for office again: evidence from Portuguese municipal elections." Public Choice **156**(3-4): 677-702.
- Coelho, C., Veiga, F. e Veiga, L. (2006). "Political business cycles in local employment: Evidence from Portugal." Economics Letters **93**(1): 82-87.
- Eisenhardt, K. (1989). "Agency Theory: An Assessment and Review." Academy of Management Review **14**(1): 57-74.
- Fernandes, M., Gomes, P. e Silva, C. (2011). "Accounting information and voters' behavior: empirical research in Portuguese municipalities." Revista Española de Financiación y Contabilidad.
- Fernandes, M., Gomes, P. e Silva, C. (2011). "Accounting information and voters' behaviour: empirical research in Portuguese municipalities."
- Fiva, J. e Natvik, G. (2013). "Do re-election probabilities influence public investment?" Public Choice **157**(1-2): 305-331.
- Jensen, M. e Meckling, W. (1976). "Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure." Journal of Financial Economics **3**(4): 305-360.
- Litschig, S. e Morrison, K (2010). "Government spending and re-election: Quasi-experimental evidence from Brazilian municipalities."
- Nakaguma, M. e Bender, S. (2010). "Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro." Revista Brasileira de Economia **64**: 3-24.
- Nordhaus, W. (1975). "The Political Business Cycle." The Review of Economic Studies **42**(2): 169-190.
- Rocha, A e Kee, J (2004). "Mayoral Fiscal Performance and Reelection Success." The George Washington University, Minerva Program.
- Rogoff, K. e Sibert, A. (1988). "Elections and Macroeconomic Policy Cycles." The Review of Economic Studies **55**(1): 1-16.
- Rosenberg, J. (1992). "Rationality and the political business cycle: The case of local government." Public Choice **73**(1): 71-81.
- Veiga, L. e Veiga, F. (2007). "Political business cycles at the municipal level." Public Choice **131**(1-2): 45-64.